



CPIs debatem segurança de plataformas e sigilo de doleiro

A comissão do Senado que investiga a Petrobras recebe hoje a diretora da Agência Nacional do Petróleo, e a do Congresso avalia requerimentos sobre quebra de sigilos

A diretora-geral da ANP, Magda Chambriard, vai falar à CPI da Petrobras no Senado sobre a segurança das plataformas de petróleo. A audiência foi solicitada por Aníbal Diniz, que lembrou acidentes ambientais e com trabalhadores ocorridos

em campos de exploração. Já a CPI mista tem em pauta 388 requerimentos. Entre eles, estão pedidos de quebra dos sigilos fiscal, telefônico e de internet do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, ambos presos na Operação Lava-Jato. **3**

Plataforma da Petrobras no Espírito Santo: CPI do Senado ouve hoje a ANP sobre prevenção a acidentes ambientais e com trabalhadores



Agência Petrobras

Senadores comentam enchentes no Sul

Paulo Paim, Ana Amélia e Casildo Maldaner manifestaram preocupação com a situação de cidades do Sul atingidas por fortes chuvas nas últimas semanas. Para Casildo,

é necessário aumentar os investimentos em prevenção. Ana Amélia cobrou agilidade do governo na liberação de recursos. E Paim prestou solidariedade à população. **3**

Reprodução/Blog Jaime Boristru



Chuvas fortes atingiram municípios dos três estados da Região Sul, como Blumenau (SC), cortado pelo Rio Itajaí-Açu



Zeca Ribeiro

O presidente da CMO, Devanir Ribeiro, com o relator, senador Vital do Rêgo

Relatório do Orçamento deve ser votado até o dia 17

Essa é a data-limite para que a Comissão de Orçamento analise o texto, de modo que seja garantido o

recesso parlamentar, que vai do dia 18 ao 31. Membros ausentes poderão ser substituídos. **4**

Projeto acaba com teto nas cotas para deficientes em concursos **2**

Audiência discute devolução de superávit em fundo de pensão **4**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Estatuto da Juventude



Liberdade é ter autonomia

Os jovens sonham ser livres e independentes. Por isso, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Juventude, que permite a você que tem entre 15 e 29 anos viver com mais autonomia.

É a lei ajudando os jovens a alçar voos cada vez maiores.

saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Concursos podem ter cota para deficientes alterada

Substitutivo de Eduardo Suplicy acaba com teto de 20% das vagas reservadas a pessoas com deficiência, mantém mínimo de 5% já previsto em lei e prevê que provas tenham apoio de equipe multidisciplinar

ABRE A PAUTA da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto que determina a reserva de, no mínimo, 5% das vagas em concursos públicos para pessoas com deficiência.

No texto original (PLS 258/2012), o autor, Gim (PTB-DF), propôs que a reserva fosse de 20% das vagas, mas o relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), apresentou substitutivo fixando cota mínima de 5%, sem limite de teto, entre outras mudanças sugeridas.

Esse último percentual, segundo Suplicy, foi defendido em debates no Senado quando da tramitação do PLS 382/2003, já arquivado, que serviu de base para o projeto de Gim. Hoje, a reserva regulada pela Lei 8.112/1990 vai de 5% a 20%.

O texto a ser analisado pela CAS determina que o candidato com deficiência participará do concurso em condições iguais aos demais



Uso da linguagem de sinais durante provas poderá ser assegurado pelo projeto

candidatos quanto ao conteúdo das provas, aos critérios de aprovação e ao horário e local de aplicação das provas.

No entanto, assegura ao candidato com deficiência acesso ao local do exame e a provas adaptadas, como as impressas com fonte de tamanho maior.

Também está prevista a possibilidade de a pessoa requerer tempo adicional para realização das provas, conforme justificativa acom-

panhada de parecer médico.

A proposta estabelece que a seleção de pessoas com deficiência seja conduzida com apoio de equipe multidisciplinar, formada por, no mínimo, um médico e um ocupante do mesmo cargo pleiteado pelo candidato.

Depois da votação na CAS, o projeto segue para as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Vanessa pede respeito à identidade étnica do povo cigano



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ao registrar o lançamento de mostra fotográfica dedicada às mulheres ciganas, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

defendeu a valorização da etnia. Segundo ela, é preciso desconstruir a imagem negativa associada aos ciganos, que, como lembrou, estão no Brasil desde o século 16, sendo criminalizados por longo período.

A mostra *Mulheres Romani (Ciganas): rostos e identidades* ocupa a Espaço Galeria, no Senado, até 2 de agosto.

Vanessa lamentou a falta de atenção aos ciganos, que os tem levado à “invisibilidade e ao isolamento social”.

Cidinho Santos destaca benefícios da Copa do Mundo para Mato Grosso



Marcos Oliveira/Agência Senado

Cidinho Santos (PR-MT) disse que o povo de Cuiabá está orgulhoso pela capital ter sediado jogos da Copa do

Mundo. Ele informou que, segundo o UOL, a Arena Pantanal foi eleita o melhor estádio em acesso, segurança, atendimento, alimentação e conforto. O senador afirmou ainda que o sucesso da Copa contraria previsões pessimistas de que tudo seria um caos.

— Em Cuiabá, existem, sim, obras em andamento, mas que serão concluídas — disse, explicando que os primeiros 22 quilômetros do veículo leve sobre trilhos (VLT) devem ser entregues em 2015.

Ruben Figueiró protesta contra corrupção na saúde



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ruben Figueiró (PSDB-MS) disse que será difícil superar os problemas da saúde pública no país enquanto

“verdadeiras máfias” atuarem no setor. Ele se referia à operação da Polícia Federal, realizada em junho, em que foi presa uma funcionária da Organização Pan-Americana da Saúde que atuava no Ministério da Saúde, flagrada negociando propina para liberar emendas parlamentares.

Figueiró lembrou que casos iguais ocorrem por todo o país. No Rio Grande do Sul, por exemplo, Lajeado ficou sem recursos por não pagar a propina.

Aécio: Plano Real foi “maior programa de distribuição de renda”

Aécio Neves (PSDB-MG) lembrou os 20 anos do lançamento do Plano Real, ocorrido em julho de 1994.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador afirmou que o plano, criado durante o governo do presidente Itamar Franco, quando o ministro da Fazenda era Fernando Henrique Cardoso, foi “o maior programa de distribuição de renda da atualidade”.

Aécio disse que, com o lançamento do Plano Real, a credibilidade do país foi recuperada e reformas estruturais foram feitas, como as privatizações de setores de telecomunicações e siderurgia, essenciais para a inclusão do Brasil no mercado internacional. O senador citou a Lei de Responsabilidade Fiscal, editada por FHC.

Anibal Diniz diz que PT zela pelo sucesso da medida

Ao lembrar os 20 anos do Plano Real, Anibal Diniz (PT-AC), reconheceu a importância da iniciativa para a estabilidade econômica. Ele advertiu que o PT não pode ser apontado como inimigo do plano, visto que todos os governos petistas “zelaram” pelo sucesso.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— Foi exatamente isso que aconteceu com o Plano Real. O plano foi uma criação do governo Itamar Franco, mantido por FHC. Mas temos que reconhecer que os presidentes Lula e Dilma têm colocado suas equipes econômicas a serviço do sucesso do Plano Real, da estabilidade da economia e do controle da inflação — afirmou.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão ordinária não deliberativa.

CAS Lei Orgânica de Assistência Social

9h Permissão de atividade remunerada a deficientes no benefício de prestação continuada.

CPI DA PETROBRAS Diretora-geral da ANP

10h15 Depoimento da diretora da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Magda Chambrind.

CAE Superávit em planos de previdência

14h Audiência sobre superávit dos planos de entidades fechadas de previdência complementar.

MEDIDA PROVISÓRIA Energia elétrica

14h30 Exame de parecer da MP 641/2014, sobre comercialização de energia elétrica.

CMO Relatório preliminar

15h Votação do relatório preliminar com emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 10h15, reunião da **CPI da Petrobras**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzone, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

A diretora da Agência Nacional do Petróleo, Magda Chambriard, fala à CPI da Petrobras no Senado sobre as condições de segurança das plataformas de petróleo brasileiras

ANP explica segurança das plataformas hoje

A DIRETORA-GERAL DA Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Magda Chambriard, vai falar à CPI da Petrobras hoje, às 10h15, sobre a segurança das plataformas nos campos de exploração brasileiros.

A presença da executiva foi solicitada por Anibal Diniz (PT-AC), que lembrou os relatos de acidentes ambientais e com trabalhadores.

“Em 2001, o Brasil assistiu atônito ao naufrágio da P-36, no campo de Roncador, na Bacia de Campos. Com custo estimado de US\$ 350 milhões, a plataforma tirou a vida de 11 trabalhadores. Mais recentemente, outros acidentes ocorreram nas plataformas PUB-3, no Rio Grande do Norte; PCM-9, em Sergipe; e SS-53, no Rio de Janeiro”, afirma o senador em requerimento.

A CPI deve abordar também a situação da P-62, lançada ao mar em janeiro deste ano. Pouco antes de a unidade entrar em operação, houve um acidente no estaleiro que atrasou a conclusão do projeto. O Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF) reivindicou melhores condições de segurança.

A ANP é uma autarquia criada em 1998 para regular as indústrias do petróleo, gás natural e biocombustíveis no Brasil. É a responsável por fis-

calizar as atividades da área e, por isso, os senadores querem ouvir a dirigente da agência.

A segurança nas plataformas é um dos quatro eixos de trabalho da comissão que investiga irregularidades na Petrobras. Os senadores investigam também a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, negócio que deu prejuízo à estatal brasileira; acusações de superfaturamento na construção de refinarias; e denúncias de pagamento de propina a funcionários.



Magda Chambriard será questionada sobre o trabalho de prevenção a acidentes ambientais e com trabalhadores

CPI mista analisa quebra de sigilos do doleiro Youssef

Na CPI Mista da Petrobras, senadores e deputados vão analisar hoje, às 14h, 388 requerimentos. Entre eles, estão pedidos feitos pelo deputado Fernando Francischini (PR), líder do Solidariedade na Câmara, de quebra dos sigilos fiscal, telefônico e de internet do doleiro Alberto Youssef, preso em março pela Operação Lava-Jato, da Polícia Federal. Youssef é acusado de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e outros crimes.

A quebra de sigilos do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa também está na pauta. Outro preso na Operação Lava-Jato, Costa foi solto dois

meses depois, mas voltou a ser preso em 18 de junho, depois da descoberta de que ele teria contas no exterior, o que sugeriria uma possibilidade de fuga. Ao depor à CPI exclusiva do Senado, ele negou as acusações e se disse injustiçado.

A CPI mista já fez duas reuniões para depoimentos. Na semana passada, os parlamentares ouviram o ex-presidente da Petrobras Sérgio Gabrielli. Ele voltou a afirmar que a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, em 2006, foi um bom negócio na época. Gabrielli também refutou as suspeitas de superfatura-

mento nas obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. A atual presidente



Alberto Youssef é acusado de lavagem de dinheiro e outros crimes

da estatal, Graça Foster, já havia falado no dia 11. Ela reconheceu que não foi um bom negócio, mas negou que a unidade estivesse sucateada

Para o relator da comissão, deputado Marco Maia (PT-RS), o momento é de análise dos documentos que já chegaram à CPI mista, como os autos da Operação Lava-Jato.

— Precisamos agora nos aprofundar nas investigações dos documentos que já recebemos para que as perguntas tragam elementos novos — disse o deputado.

A reunião da CPI mista será no Plenário 2 da Ala Nilo Coelho, no Senado.

(Da Agência Câmara)

Governo quer barrar projeto antidecreto da participação social

O líder do PT, Humberto Costa (PE), disse que o governo tentará impedir a votação dos projetos de decreto legislativo que sustam a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social.

A criação da política por de-

creto do Executivo é criticada por parlamentares, inclusive governistas, e pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que consideram que o tema deveria ser objeto de projeto de lei. O Decreto 8.243/2014, editado em maio, consolida a participação social como

método de governo e fortalece instâncias como os conselhos e as conferências.

Os projetos que sustam o texto do Executivo tramitam na Câmara (PDC 1.491/2014) e no Senado (PDS 117/2014). Na Câmara, a oposição promete obstruir os trabalhos, inclusive

a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015, enquanto não for votado o PDC 1.491. O projeto do Senado está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e tem relatório favorável de Pedro Taques (PDT-MT).

Autor da iniciativa, Alvaro

Dias (PSDB-PR) disse que o governo deveria anular o próprio decreto e admitir que é um retrocesso. O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, no entanto, afirmou que o governo não enviará projeto de lei sobre o tema ao Congresso.

Cristovam critica uso da Petrobras para cobrir déficit



O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestou preocupação com a Petrobras, que, na avaliação dele, tem sido abalada por manobras do governo para cobrir equívocos nas contas públicas. Ele chamou a atenção para a desconfiança dos investidores e disse que o represamento dos preços dos combustíveis não poderá durar para sempre.

— Isso vai custar caro no futuro. Isso não fica por aí e pode trazer uma consequência política muito grande se a presidente Dilma tiver que aumentar o preço de repente, depois das eleições, passando a imagem de que enganou os eleitores.

Paim se solidariza às vítimas das chuvas no Sul



No Rio Grande do Sul, 11 estradas estão interrompidas devido a enchentes provocadas pelas fortes chuvas que atingem a Região Sul, informou Paulo Paim (PT-RS). O senador ressaltou ainda que vários prédios, inclusive de órgãos públicos, foram invadidos pelas águas.

Paim manifestou solidariedade com a população, especialmente do norte e noroeste do Rio Grande do Sul e do oeste catarinense, onde a situação é mais crítica.

Ele também destacou os resultados do Programa Ciência sem Fronteiras, que oferece bolsas de estudo em universidades no exterior.

Casildo Maldaner apoia fundo para defesa civil



Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou ontem que as enchentes que estão ocorrendo na Região Sul mostram a necessidade de o Brasil

investir mais em prevenção contra catástrofes naturais. Ele sublinhou que Santa Catarina está sofrendo com chuvas em um volume fora do habitual, que atingiram 39 cidades e deixaram mais de 41 mil desabrigados.

Maldaner defendeu a aprovação de projetos que ampliam as fontes de recursos da defesa civil. Um deles garante 1% de cada seguro feito no país para ações de prevenção contra os desastres naturais.

Ana Amélia cobra rapidez no socorro em inundações



As fortes chuvas que atingem as cidades do norte do Rio Grande do Sul preocupam Ana Amélia (PP-RS), que cobrou do governo federal

rapidez na liberação de dinheiro para minimizar os estragos provocados pelas inundações.

A senadora informou ainda que, nesta semana, prefeitos de 80 municípios gravemente atingidos pelas chuvas devem se reunir com representantes dos governos estadual e federal. Os prefeitos vão buscar apoio e orientação para melhor socorrer as vítimas das chuvas que atingem o estado desde a semana passada.

Presidente da comissão disse que pode pedir a substituição de integrantes faltosos para garantir a votação da LDO antes do recesso parlamentar



Devanir Ribeiro e Vital do Rêgo (3º e 4º à esq.) fazem audiência sobre a Lei Orçamentária de 2015 com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, em abril

Comissão mista deve votar relatório preliminar do Orçamento até dia 17

O PRESIDENTE DA Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), disse esperar concluir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015 até o dia 17 deste mês, conforme prevê o calendário de tramitação da proposta. A definição da LDO, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária, é condição para o início do recesso parlamentar, que vai de 18 a 31 de julho, de acordo com a Constituição.

Ontem a falta de quórum impediu a votação do relatório preliminar apresentado à pro-

posta enviada pelo Executivo ao Congresso (PLN 3/2014) e levou à suspensão dos trabalhos da comissão, que volta a se reunir hoje, às 14h30.

Devanir Ribeiro lamentou a ausência dos deputados e senadores e disse que cobrará providências das lideranças partidárias para que membros ausentes sejam eventualmente substituídos.

— Precisamos caminhar, independentemente do futebol, do São João. Temos responsabilidade. O regimento nos dá o direito de trocar os membros da comissão — afirmou.

Após a aprovação do rela-

tório preliminar, será aberto o prazo para a apresentação de emendas à LDO 2015. A oposição já anunciou que pretende obstruir a votação na Câmara para cancelar o recesso parlamentar.

Salário mínimo

A LDO, que disciplina a elaboração da proposta orçamentária, traz ainda as metas fiscais que o governo pretende alcançar no ano seguinte. No texto em tramitação no Congresso, o Executivo propõe salário mínimo de R\$ 779,79 para 2015.

Além do relatório preliminar

da LDO de 2015, elaborado pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), Devanir defendeu a votação do PLN 5/2014, que altera a atual LDO (2014), como forma de viabilizar reajuste na remuneração dos cargos de escrivão, agente e papiloscopista da Polícia Federal (PF). O reajuste, que consta da Medida Provisória 650/2014, é fruto de negociação para evitar uma greve da PF.

O PLN 5/2014 aguarda parecer na CMO, onde é relatada pelo deputado Claudio Puty (PT-PA), que também cobrou a votação do projeto.

Requião comunica que vai disputar o governo do Paraná

Roberto Requião (PMDB-PR) comunicou que será o candidato do partido ao governo do Paraná. O senador enumerou, entre as metas, a recuperação da capacidade de planejamento e gestão do estado.

Na educação, Requião garantiu que o Paraná vai ser o primeiro a erradicar o analfabetismo. Quer também fortalecer o agronegócio, especialmente a agricultura familiar, recuperar a infraestrutura de transporte, reduzir impostos que incidem sobre as micros e pequenas empresas, incentivar a instalação de novos empreendimentos e gerar mais empregos, especialmente os de alta tecnologia.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cyro comemora escolha de Aloysio Nunes para vice de Aécio Neves

Cyro Miranda (PSDB-GO) comemorou a escolha de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) para compor, como candidato a vice-presidente da República, a chapa encabeçada por Aécio Neves (PSDB-MG). Cyro disse que agora caberá aos eleitores a escolha do melhor candidato.

— O senador Aloysio Nunes tem uma história política invejável. Íntegro, agregador, é uma pessoa que joga democraticamente, extremamente republicano. E, como já disseram, não só está preparado para ser vice, como também, nas eventualidades e nos momentos necessários, ocupar a Presidência da República.

Humberto destaca candidatura de Armando Monteiro

O líder do PT, Humberto Costa (PE), registrou a homologação, em convenção que ocorreu no fim de semana em Caruaru (PE), da candidatura de Armando Monteiro (PTB) ao governo pernambucano. Para a disputa ao Senado, foi escolhido o ex-prefeito do Recife João Paulo (PT).

De acordo com ele, a chapa foi formada com base no diálogo e na disposição para levar Pernambuco a um novo tempo, que assegure as conquistas já ocorridas e que permita avançar ainda mais.

— É certamente o mesmo que defendemos para nosso país: garantir o que temos, corrigir o que precisamos e seguir mudando — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Pedro Simon lamenta vazio ideológico em coligações eleitorais

Pedro Simon (PMDB-RS) criticou ontem a forma como estão sendo montadas as coligações partidárias para as eleições de outubro deste ano. Ele afirmou que o interesse pelo apoio dos partidos não é ideológico, mas relacionado ao tempo de propaganda na televisão que pode ser acrescido. Na avaliação do senador, as eleições ainda se baseiam na distribuição de cargos em troca de minutos na televisão, prática que não pode continuar.

— Gostaria que me dissessem qual partido de esquerda ou de direita escolheu candidato na base da ideologia, da dignidade, da correção e da capacidade — disse.

Superávit de fundos de pensão é tema de audiência pública

A devolução de parte do superávit dos fundos de pensão às patrocinadoras deverá ser discutida em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) hoje, às 14h. O assunto foi disciplinado pela Resolução 26/2008 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), cujos efeitos Paulo Bauer (PSDB-SC) pretende suspender por meio de um projeto de decreto legislativo (PDS 275/2012).

A proposta de Bauer foi para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde recebeu relatório favorável de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O relator concordou com o autor da proposição quanto à acusação de que o CGPC exorbitou do poder de regulamentar a Lei Complementar 109/2001.

Segundo Aloysio, se houver superávit nas contas das entidades fechadas de previdência complementar, deve ser feita uma reserva de contingência de até 25% das reservas do plano.

Em maio de 2013, foi aprovado requerimento para que o projeto fosse examinado também pela CAE. Por isso, Bauer propôs, nessa comissão, a realização de audiência pública com representantes de aposentados e pensionistas e dos órgãos do governo responsáveis pela previdência complementar.